

Relatório e Contas 2019

Rua Eng.º José Cordeiro, nº6
9504-522 Ponta Delgada
Tel.: 296 209 650
E-mail: geral@norma-acores.pt

www.norma-acores.pt

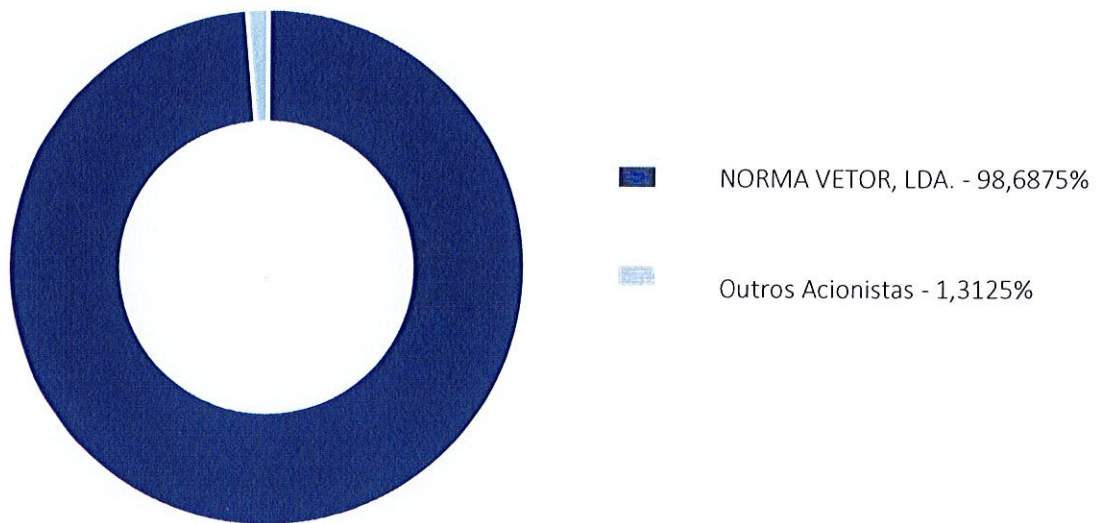
12
[Handwritten signature]
R.A. 20

Acionistas	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
A Empresa	6
Informação Económica e Financeira	13
Proposta de Aplicação de Resultados	18
Demonstrações Financeiras Individuais	19
Informações sobre os Órgãos Sociais	52

Handwritten signature and initials in blue ink.

Estrutura Acionista

A estrutura acionista da
Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.,
tem a seguinte repartição:



Capital Social: 400.000 €

Mensagem do Conselho de Administração

Na sequência da reforma e reestruturação do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores, iniciada em 2018 pelo Governo Regional dos Açores, o **Grupo CONSULMAR**, que completou meio século de atividade no passado mês de janeiro de 2020, decidiu reforçar o seu compromisso e envolvimento empresarial com a Região Autónoma dos Açores.

O **Grupo CONSULMAR**, através da sua empresa “holding” CONSULMAR – SGPS, S.A., já detinha desde 1992 a segunda maior participação no capital social da **NORMAAÇORES** (25,5%), em cuja gestão estava, há muito, profundamente envolvido, e em 13 de fevereiro de 2020, através da sua participada a Norma Vetor Lda. celebrou o contrato de compra e venda das ações correspondentes à participação maioritária de 62,5625%, anteriormente detida pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. na Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A. (“**NORMAAÇORES**”).

Em paralelo e simultâneo, a Norma Vetor Lda. também celebrou os contratos de compra e venda das ações correspondentes às participações detidas pela Seguradoras Unidas, S.A. e pela maioria dos Acionistas individuais, adquirindo assim 98,6875 % do capital social da **NORMAAÇORES**.

Embora retendo o elevado grau de especialização de consultoria de engenharia na sua atividade nuclear em obras marítimas, proteção costeira e na área ambiental, o **Grupo CONSULMAR** tem vindo a diversificar as suas áreas de negócio e competências, de forma sustentada e consolidada, alargando a sua presença em mercados internos e externos através do estabelecimento / aquisição de empresas locais e da constituição de parcerias estratégicas.

Com a concretização desta alteração da estrutura acionista, inicia-se um novo ciclo na já longa existência da **NORMAAÇORES**, que completou trinta e cinco anos em 29 de Dezembro de 2019, firmemente sustentado numa sólida robustez financeira, que constitui um pilar primordial do seu futuro progresso.

Com respeito ao exercício económico de 2019, aprez registar o Resultado Líquido no valor de 163.828,90 euros, e o valor do Capital Próprio da Sociedade, à data de 31 de dezembro de 2019, ascendia a 2.991.743,13 euros. Os indicadores de Solvabilidade e Autonomia Financeira atestam a saúde financeira da empresa.

A estável carteira de encomendas e a organização e governação da Empresa, conjuntamente com a competência e empenho dos Recursos Humanos, apoiadas no constante processo de monitorização e melhoria contínua inerente ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e

Saúde no Trabalho, no âmbito, respetivamente, da ISO:9001:2015, da ISO:14001:2015 e da OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 implementado e certificado, permitem antecipar um futuro de sucesso.

Agradecemos a confiança e preferência dos nossos Clientes e reafirmamos o compromisso inequívoco na procura de bem servir.

Registamos o reconhecimento pela pronta cooperação dos nossos Colaboradores externos e dos nossos Parceiros e o anseio de continuidade de trabalho conjunto, complementar e bem sucedido.

Elogiamos a motivação, a partilha e o empenhamento dos trabalhadores, fator fundamental para o sucesso da empresa e a quem dirigimos um sentido “muito obrigado”.

Aos nossos Acionistas, passados e presentes, um agradecimento pelo comprometido acompanhamento e aplicada dedicação.

O actual Conselho de Administração expressa o seu sentido reconhecimento pelo empenho e inestimável colaboração dedicada pela Doutora Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins, Presidente do Conselho de Administração cessante, empossada nessa função desde Abril de 2012 até à recente alteração da estrutura acionista, com um dinâmico e idóneo contributo pessoal, que foi determinante para o importante progresso da Empresa.

No primórdio desta nova etapa na existência da **NORMAAÇORES**, o Conselho de Administração reafirma o seu total compromisso com o desenvolvimento da Empresa ao serviço da criação de valor para os seus Clientes, mantendo a sua independência, profissionalismo, rigor, ética e integridade, reforçando a competência e credibilidade que vem granjeando desde a sua fundação em 1984.



A Empresa

A **NORMA**AÇORES tem por Missão prestar um serviço de qualidade em conformidade com os requisitos e necessidades dos Clientes. O rigor, a disciplina, a integridade, credibilidade, a confidencialidade e confiança são valores inestimáveis para a Empresa. Elegemos três vetores essenciais: a Ética, a Qualidade e a Eficiência.

A **NORMA**AÇORES, granjeou ao longo destes anos um conjunto assinalável de sucessos, com significativo contributo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

A **NORMA**AÇORES tem por objeto social o planeamento, a consultoria, assessoria e a prestação de serviços nas áreas de estudos e projetos de arquitetura e engenharia; Planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras; estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais e acompanhamento ambiental de obras; gestão de resíduos; apoio à gestão empresarial; formação profissional; estudos económico-financeiros; estudos de mercado e sondagens de opinião; segurança, higiene e saúde no trabalho; e o apoio e/ou execução de inspeções e ensaios.

Na área de **Engenharia e Fiscalização** a **NORMA**AÇORES detém no seu curriculum uma parte muito expressiva das grandes obras e infraestruturas realizadas na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no que se refere a obras portuárias, aeroportuárias, estradas, estruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água, instalações industriais, hotéis e grandes equipamentos sociais, como hospitais, centros de saúde, centros sociais, escolas, creches e recuperação de edifícios e património histórico.

Os serviços prestados no âmbito da Engenharia e Fiscalização abarcam essencialmente estudos e projetos de arquitetura e engenharia, trabalhos de geotecnia, topografia, assistência técnica a instalações, inspeções, monitorizações e ensaios, auditorias de qualidade, fiscalização e coordenação de segurança em obra e acompanhamento ambiental.

Na área de **Estudos e Consultadoria** destacam-se os estudos económicos, a consultadoria de gestão, o apoio a projetos comunitários, o ordenamento do território, os estudos de mercado e sondagens de opinião, o recrutamento e seleção de pessoal, a formação, a implementação de sistemas de gestão ISO, a gestão ambiental e a gestão de sistemas de tratamentos de resíduos, a assessoria de obrigações legais da indústria, a metrologia, os ensaios e inspeções técnicas, a monitorização de ruído ambiental, laboral e acústica, a monitorização da qualidade do ar e a segurança alimentar.

O enfoque nos Clientes concretiza-se na prestação de um serviço que corresponda aos requisitos contratuais e às expectativas dos Clientes, acrescentando real valor e competitividade à sua operação.

A **NORMAAÇORES** tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, no âmbito, respetivamente, da ISO:9001:2015, da ISO:14001:2015 e da OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008. O Sistema de Gestão Integrado é um instrumento fundamental para o controlo da qualidade dos serviços prestados aos Clientes, para a gestão eficaz dos recursos, para a identificação com os valores, cultura e identidade da Empresa e para a persecução da sua Missão.

Paralelamente, a **NORMAAÇORES** detém um conjunto de certificações relativas aos seus diversos âmbitos de atividade que atesta a sua competência e domínio de conhecimento em diversos campos, designadamente:

- ''' Na área da Formação Profissional, a **NORMAAÇORES** é Entidade Formadora Certificada (Portaria nº 851/2010 de 6 de setembro e Resolução do Governo nº 100/2012 de 29 de junho) pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (Certificado nº 11 de 14-10-2013) nas seguintes áreas:

090 – Desenvolvimento Pessoal; **140** – Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação; **222** – Línguas e Literaturas Estrangeiras; **340** – Ciências Empresariais; **341** – Comércio; **344** – Contabilidade e Fiscalidade; **345** – Gestão e Administração; **346** – Secretariado e Trabalho Administrativo; **347** – Enquadramento na Organização / Empresa; **380** – Direito; **482** – Informática na ótica do utilizador; **522** – Eletricidade e Energia; **541** – Indústrias Alimentares; **582** – Construção Civil e Engenharia Civil; **729** – Saúde – Programas não classificados noutra área de formação; **761** – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens; **812** – Turismo e Lazer; **840** – Serviços de Transporte; **851** – Tecnologia de Proteção do Ambiente; **862** – Segurança e Higiene no Trabalho.

Desde 1985, a **NORMAAÇORES** desenvolveu **2004** Ações de Formação, perfazendo **87937,75** horas de formação ministradas, tendo sido formados um total de **29289** participantes.

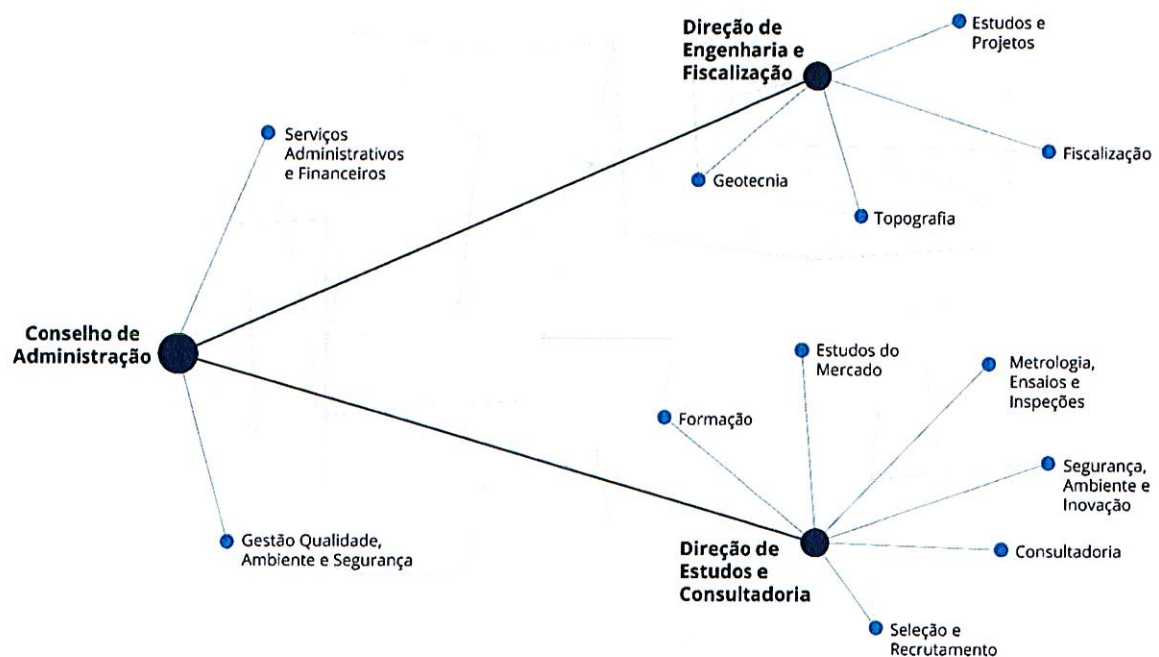
- ''' Sondagens e Estudos de Opinião – acreditação pela ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- ''' “Organismo de Verificação Metrológica de Contadores de Grande Caudal, exceto água” – acreditação pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade.
- ''' Entidade Inspetora de Ascensores e Escadas Rolantes – reconhecida pela Direção Regional da Energia, da SREAT - Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, do Governo Regional dos Açores.

” Credenciação de Segurança Individual e Nacional, grau Secreto - pelo Gabinete Nacional de Segurança.

A **NORMAÇORES** possui uma estrutura técnica interdisciplinar, constituída por Quadros Superiores, Técnicos Especializados e Trabalhadores nas áreas de apoio e suporte às áreas de atividade, baseados essencialmente na Ilha de São Miguel. Conta com um escritório na Ilha Terceira e ainda dispõe de Trabalhadores localizados em permanência nas Ilhas do Pico e do Faial.

A **NORMAÇORES** conta ainda com um conjunto de Parceiros, Consultores e Colaboradores Externos, amplamente reconhecidos nas suas áreas de competência, com os quais mantém acordos de cooperação, que, numa lógica de complementaridade, permitem alavancar e alicerçar as valências da Empresa.

A organização da Empresa assenta essencialmente na governação efetuada pela Gestão das duas Direções, Direção de Engenharia e Fiscalização e Direção de Estudos e Consultadoria, com suporte do Serviço Administrativo e Financeiro.



Atividade

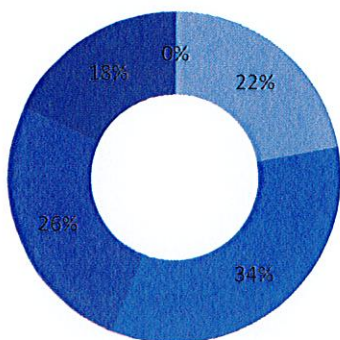
O Resultado Líquido apurado no exercício económico de 2019 foi 163,8 mil euros. Os principais indicadores registam-se no seguinte quadro:

	(mil euro)				
	2015	2016	2017	2018	2019
Volume de Negócios	2,743	3,075	3,122	2,827	3,098
Ativo Líquido	3,838	4,083	4,012	4,069	4,200
Capital Próprio	2,911	3,182	2,933	3,194	2,992
Liquidez Geral (nº) (Activo Corrente/Passivo Corrente)	3.1	3.4	2.9	3.7	4.1
Solvabilidade Total (nº) (Ativo Líquido/Passivo)	4.1	4.5	3.7	4.7	3.5
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%) (Resultados Líquidos/ Capital Próprio)	4.0	10.1	2.6	11.2	5.5
Resultado Operacional - EBIT	124	337	106	408	181
Resultado Líquido	118	323	77	357	164
Pessoal ao Serviço, 31 de dezembro	47	50	55	54	50

Recursos Humanos

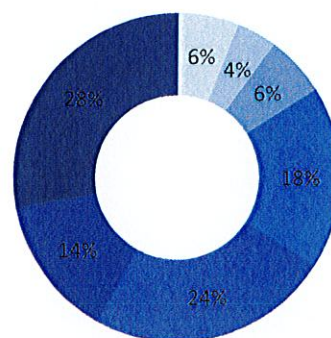
Em 31 de Dezembro de 2019, a **NORMAAÇORES** contava com 50 trabalhadores ao seu serviço, dos quais 46 com vínculo sem termo.

Distribuição Etária dos Colaboradores



< 19 anos 0; 0%	19 - 25 anos 0; 0%
26 - 35 anos 11; 22%	36 - 45 anos 17; 34%
46 - 55 anos 13; 26%	56 - 65 anos 9; 18%
> 65 anos 0; 0%	

Antiguidade dos Colaboradores



> 1 ano 3; 6%	1 - 2 anos 2; 4%
3 - 5 anos 3; 6%	6 - 10 anos 9; 18%
11 - 15 anos 12; 24%	16 - 20 anos 7; 14%
< 20 anos 14; 28%	

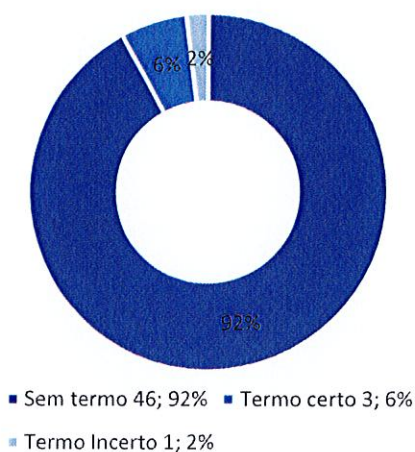
A média etária dos colaboradores situou-se nos 45 anos, sendo a faixa etária mais representativa na empresa a que inclui os colaboradores com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (34%).

A antiguidade média dos colaboradores da empresa é de 14 anos, representando 28% do total de recursos humanos.

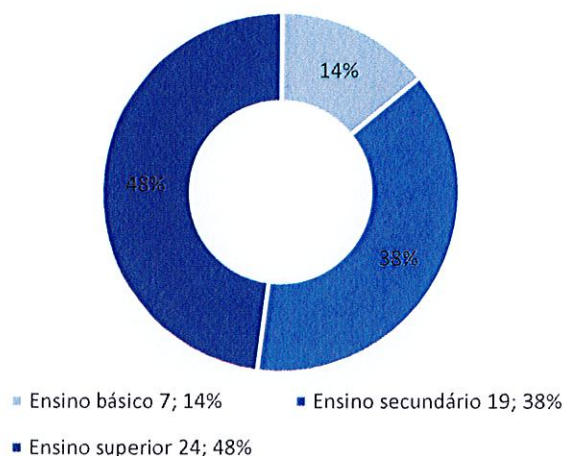
No que respeita aos vínculos contratuais, o regime de contrato de trabalho predominante é o contrato sem termo, que representa 92% do total de contratos individuais de trabalho existentes. No conjunto de outros tipos de contrato, encontram-se os dos colaboradores a termo certo, representando apenas 6% e dos contratos a termo incerto, onde representam apenas 2% do total dos contratos individuais da empresa.

Em 2019, a **NORMAAÇORES** continuou a acolher Estagiários no âmbito do programa de transição para a vida ativa de jovens recém-formados, «Estagiar», patrocinado pelo Governo dos Açores, tanto do grupo «Estagiar L», destinado aos jovens com qualificação de nível superior, como do grupo «Estagiar T», destinado aos jovens com qualificação de nível intermédio, possibilitando-lhes estágios profissionais num contexto real de trabalho, que promova a sua inserção na vida ativa.

Situação Contratual dos Colaboradores



Habilitações Literárias dos Colaboradores



A análise do nível de habilitações literárias

revela que a formação superior é o grau de ensino de 48% dos colaboradores da Empresa.

A este quadro de pessoal corresponde um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento do objeto social da empresa, sendo que parte substancial do seu valor reside na capacitação dos recursos humanos ao seu serviço:

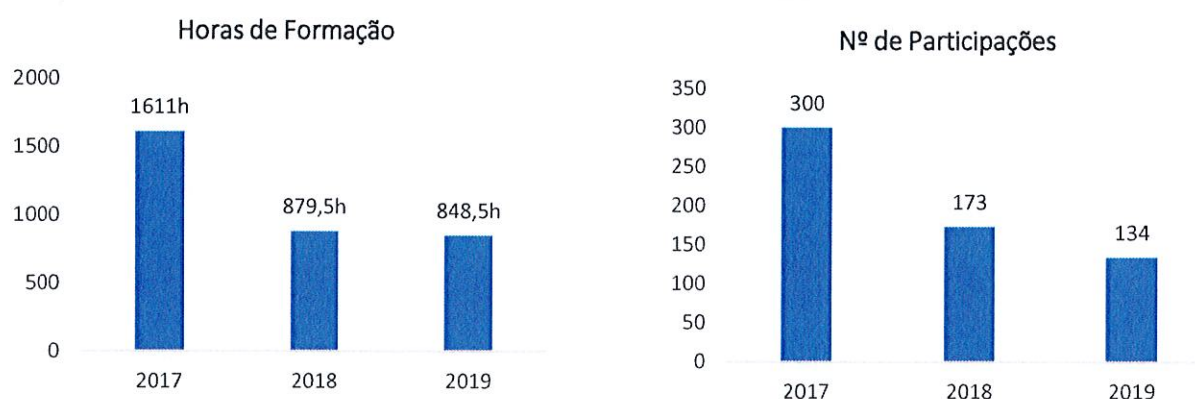
- /// 4 Engenheiros Civis, com especializações em Vias de Comunicação, Geotecnia, Urbanismo e/ou Estruturas;
- /// 2 Engenheiros Civis, com mestrado integrado;
- /// 2 Engenheiros Técnicos Civis;
- /// 1 Mestrado em Engenharia Mecânica;
- /// 1 Engenheiro Eletrotécnico;
- /// 2 Licenciados em Engenharia e Gestão Industrial;
- /// 1 Licenciado em Engenharia do Ambiente;
- /// 1 Licenciado Proteção Civil e Gestão de Riscos
- /// 3 Licenciados em Economia e Gestão;
- /// 1 Licenciado em Saúde Ambiental;
- /// 1 Mestrados em Gestão;
- /// 1 Licenciado em Sociologia;
- /// 1 Licenciado em Psicologia Social do Trabalho e Organizações;
- /// 1 Licenciado em Ciências Biológicas e da Saúde e Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança
- /// 1 Licenciado em Bio-Informática;

- /// 1 Técnico Inspetor;
- /// 2 Especialistas em Topografia;
- /// 1 Especialista em Desenho;
- /// 2 Medidores Orçamentistas;
- /// 10 Técnicos Fiscais.

A política de recursos humanos seguida pela Empresa privilegia a versatilidade, a capacidade de estudo e reflexão e o enfoque na busca de soluções de gestão, procurando trazer para os Recursos Humanos da empresa um perfil que, para além das competências técnicas, assegure também as necessárias competências pessoais, habitualmente designadas por “*soft skills*”, que são igualmente um valor essencial para o ativo humano da Empresa.

O acompanhamento de proximidade da atividade de todos os colaboradores e a partilha de informação e objetivos são princípios basilares da Gestão de Recursos Humanos, privilegiando-se a motivação enquanto fator de sucesso da Empresa.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e a consolidação de valores de partilha e de trabalho, bem como de desenvolvimento alinhado e conjunto.



Desta forma, em 2019, foi proporcionada a frequência de 848,5 horas de formação, envolvendo 134 participações em cursos, seminários e fóruns.

A Empresa privilegia as boas práticas em matéria de segurança e saúde no trabalho. No âmbito da Medicina no Trabalho foram efetuados todos os processos previstos na legislação e dado acompanhamento aos trabalhadores sempre que necessário.

Informação Económica e Financeira

O Resultado Líquido do exercício económico do ano de 2019 foi de 163.828,90 euros.

O EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos foi de 245.009,54 euros, valor este, inferior ao registado no ano anterior, em consequência do aumento dos Gastos Operacionais e do impacto do resultado da sua participada Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda., na qual a **NORMA AÇORES** detém uma posição maioritária, com 60% de quotas, reduzido de praticamente 45%, face ao ano anterior.

RENDIMENTOS E GASTOS	(euro)					Evolução 2019/18 %
	2015	2016	2017	2018	2019	
Serviços Prestados	2,742,619	2,995,705	3,111,849	2,819,738	3,095,627	9.8
Subsídios à exploração	0	79,346	9,680	6,858	2,182	-68.2
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	101,852	205,604	98,856	204,663	113,359	-44.6
Fornecimentos e serviços externos	-1,235,734	-1,348,205	-1,301,507	-1,033,953	-1,146,212	10.9
Gastos com o pessoal	-1,443,595	-1,555,441	-1,611,596	-1,541,368	-1,503,794	-2.4
Imparidade de dívidas a receber	0	-13,266	-133,372	-47,387	29,715	-162.7
Provisões (aumentos/reduções)	0	-7,935	-274	0	-370,000	370.0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	1	1	56	5,546.0
Outros rendimentos	21,347	58,460	9,577	79,404	33,411	-57.9
Outros gastos	-16,247	-9,247	-9,959	-15,638	-9,335	-40.3
Resultado (EBITDA) (antes de depreciações, gastos de financ. e impostos)	170,241	405,022	173,255	472,318	245,010	-48.1
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-46,526	-68,272	-67,411	-63,955	-63,706	-0.4
Resultado Operacional (EBIT) (antes de gastos de financiamento e impostos)	123,715	336,750	105,844	408,363	181,303	-55.6
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0	0.0
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-1	-0	-61.1
Resultado antes de impostos	123,715	336,750	105,844	408,362.10	181,302.90	-55.6
Imposto sobre o rendimento do período	-6,052	-14,216	-28,885	-51,616	-17,474	-66.1
Resultado Líquido do Período	117,663	322,533	76,959	356,746	163,829	-54.1

2

 R. Acl

As Prestações de Serviço registaram um acréscimo de 9,8%. Os Subsídios à Exploração registaram um decréscimo de 68,2% e referem-se à formação profissional, subsidiada pelo Fundo Social Europeu.

(mil euro)

Rendimentos	2015	2016	2017	2018	2019	Estr.(%) 2019
Prestações de Serviços	2,743	2,996	3,112	2,820	3,096	95.4
Subsídios a Exploração	0	79	10	7	2	0.1
Ganhos de subsidiárias, associadas	102	206	99	205	113	3.5
Outros Rendimentos	21	58	10	79	33	1.0
Proveitos Operacionais	2,866	3,339	3,230	3,111	3,245	100.0
Proveitos Totais	2,866	3,339	3,230	3,111	3,245	100.0

Os Gastos Totais registaram um aumento de 13,4%. Os Gastos com Pessoal e com Fornecimentos e Serviços Externos representam a quase totalidade dos custos da empresa. Os Gastos com Pessoal registam um decréscimo de 2,4% e os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento de 112 mil euros.

(mil euro)

Gastos	2015	2016	2017	2018	2019	Estr.(%) 2019
Fornecimentos e Serviços Externos	1,236	1,348	1,302	1,034	1,146	37.4
Gastos com o Pessoal	1,444	1,555	1,612	1,541	1,504	49.1
Gastos Depreciação e de Amortização	47	68	67	64	64	2.1
Perdas por Imparidade	0	13	133	47	-30	-1.0
Provisões	0	8	0	0	370	12.1
Outros Gastos	16	9	10	16	9	0.3
Gastos Operacionais	2,742	3,002	3,124	2,702	3,063	100.0
Gastos e Perdas Financiamento	0	0	0	0	0	0.0
Gastos Totais	2,742	3,002	3,124	2,702	3,063	100.0

Não sendo exequível determinar de forma antecipada o volume de trabalho e a sua otimização, a gestão dos recursos é, dentro da possível gestão de custos variáveis, alinhada com as oportunidades que o mercado coloca ao longo de todo o exercício económico. As análises comparativas relativamente ao exercício económico anterior e ao orçamento devem ter em consideração as diferenças na composição do trabalho, que pode registar maior ou menor grau de competências internas e/ou projectos com margens distintas.

A Controlauto Açores – Inspecção Técnica de Veículos, Lda., subsidiária da **NORMAAÇORES** tem como objeto o exercício da actividade de inspecção de veículos nas ilhas Terceira, S. Jorge, Pico e Faial e, no exercício económico do ano de 2019, obteve um Resultado Líquido de 188.932,29 euros. O Capital Próprio da empresa, em 31 de dezembro de 2019, ascendia a 932.699,36 euros.

A avaliação e reconhecimento das imparidades de dívidas a receber de Clientes foi efetuado no final do período. A conta de perdas por imparidades acumuladas foi atualizada tendo em consideração o critério fiscal, como também a totalidade de dívidas de pessoas singulares e colectivas privadas para as quais se considerou existirem evidências significativas de dificuldade financeira ou incumprimento no pagamento. Estão também acauteladas dívidas relativas a pessoas colectivas públicas, tais como Administração Pública Regional, Administração Local e Empresas Públicas, para as quais, no final de cada exercício, se considerou existirem fundamentos comerciais que sustentam o reconhecimento de imparidade.

O balanço da Empresa a 31 de Dezembro de 2019 evidencia uma melhoria na sua estrutura de capitais, mantendo uma política de reduzidos prazos médios de recebimento e de pagamento.

(euro)

	2015	2016	2017	2018	2019
ATIVO	3,837,856	4,083,189	4,012,114	4,068,624	4,199,854
Ativo não corrente	1,015,643	1,115,859	877,171	923,700	853,413
Ativos fixos tangíveis	68,929	104,148	74,338	64,454	54,863
Goodwil	0	251,855	223,871	195,887	167,903
Participações financeiras	946,205	756,779	569,343	657,886	559,620
Outros investimentos financeiros	0	337	1,176	1,862	1,173
Ativos por impostos diferidos	508	2,740	8,443	3,610	69,854
Ativo Corrente	2,822,212	2,967,330	3,134,944	3,144,924	3,346,440
Clientes	1,674,613	1,495,013	1,782,940	1,572,499	1,064,057
Estados e outros entes públicos	0	0	0	0	0
Outros créditos a receber	192,795	112,027	196,841	64,063	102,050
Diferimentos	17,305	38,401	22,060	38,067	23,499
Caixa e depósitos bancários	937,499	1,321,889	1,133,103	1,470,296	2,156,835
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	3,837,856	4,083,189	4,012,114	4,068,625	4,199,854
Capital próprio	2,911,254	3,182,127	2,932,889	3,193,734	2,991,743
Capital subscrito	400,000	400,000	400,000	400,000	400,000
Reservas legais	80,000	80,000	80,000	80,000	80,000
Outras Reservas	784,345	784,345	784,345	784,345	784,345
Resultados transitados	1,021,913	1,089,976	1,144,443	1,144,602	1,145,348
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	507,333	505,273	447,143	428,041	418,221
Resultado Líquido do Período	117,663	322,533	76,959	356,746	163,829
Passivo	926,602	901,062	1,079,225	874,890	1,208,111
Passivo não corrente	6,456	17,383	16,037	15,041	383,468
Provisões	0	7,935	8,209	7,935	377,935
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Outras dívidas a pagar	6,456	9,448	7,828	7,107	5,533
Passivo corrente	920,146	883,679	1,063,188	859,849	824,643
Fornecedores	350,269	175,944	278,564	135,766	168,908
Adiantamento de clientes	0	0	6,815	6,613	802
Estado e outros entes públicos	131,143	143,710	131,766	152,238	158,671
Accionistas/sócios	0	0	30,212	0	0
Outras dívidas a pagar + Outros Passivos Correntes	267,605	316,315	349,476	338,398	328,271
Diferimentos	171,129	247,709	266,355	226,834	167,991



A **NORMA**ÇORES, no final do período em análise apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com bons indicadores de Liquidez, de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, conforme se pode aferir da análise dos dados constantes dos quadros seguintes:

	2015	2016	2017	2018	2019
FUNDO DE MANEIO (mil euro)	1,902	2,084	2,072	2,285	2,522
LIQUIDEZ GERAL (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	3.1	3.4	2.9	3.7	4.1
AUTONOMIA FINANCEIRA (%) (Capital Proprio/Ativo Líquido)	75.9	77.9	73.1	78.5	71.2
SOLVABILIDADE TOTAL (nº) (Ativo Líquido/Passivo)	4.1	4.5	3.7	4.7	3.5
ROTAÇÃO DO ACTIVO (nº) (Volume de Negócios /Ativo)	0.7	0.8	0.8	0.7	0.7
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PROPRIOS (%) (Resultados Líquidos/ Capital Próprio)	4.0	10.1	2.6	11.2	5.5
REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS (%) (Resultados Liq.+Enc.Financ)/(CP+P.D.+Emprest.)	4.0	10.1	2.6	11.2	5.5
Resultado Operacional - EBIT (mil euro)	124	337	106	408	181

Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos à consideração dos Senhores Acionistas, nos termos do artigo 14º dos estatutos, a seguinte distribuição de Resultados Líquidos do Exercício, que terminou em 31 de dezembro de 2019, no montante de 163.828,90 Euros:

Resultados Transitados: 163.828,90 € (cento e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e oito Euros e noventa cêntimos).

Ponta Delgada, 09 de março de 2020

O Conselho de Administração



Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa
Presidente



Carlos Adalberto Bernardo da Silva
Administrador



Mário Rui Velez da Silva Domingues
Administrador

2
[Handwritten signature]
D. Ad

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	54.863,12	64.453,92
Goodwill	8	167.903,40	195.887,30
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	559.619,62	657.886,09
Outros investimentos financeiros	21	1.172,88	1.862,44
Ativos por impostos diferidos	16	69.854,37	3.610,28
Total dos Ativos Não Correntes		853.413,39	923.700,03
Ativo Corrente			
Clientes	10	1.064.056,81	1.572.499,03
Outros créditos a receber	11	102.049,69	64.062,65
Diferimentos	12	23.498,70	38.066,53
Caixa e depósitos bancários	4	2.156.835,24	1.470.296,23
Total dos Ativos Correntes		3.346.440,44	3.144.924,44
Total dos Ativos		4.199.853,83	4.068.624,47
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	400.000,00	400.000,00
Reservas legais	18	80.000,00	80.000,00
Outras reservas	18	784.344,66	784.344,66
Resultados transitados	18	1.145.348,26	1.144.602,01
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	418.221,31	428.041,24
Resultado líquido do exercício	18	163.828,90	356.746,25
Total dos Capitais Próprios		2.991.743,13	3.193.734,16
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	19	377.934,61	7.934,61
Outras dívidas a pagar	14	5.533,28	7.106,71
Total dos Passivos Não Correntes		383.467,89	15.041,32
Passivo corrente			
Fornecedores	13	168.907,96	135.765,95
Adiantamento de clientes	10	801,81	6.612,92
Estado e outros entes públicos	14	158.670,81	152.237,82
Outras dívidas a pagar	15	328.270,79	338.398,04
Diferimentos	12	167.991,44	226.834,26
Total dos Passivos Correntes		824.642,81	859.848,99
Total do Passivo		1.208.110,70	874.890,31
Total do capital próprio e do passivo		4.199.853,83	4.068.624,47

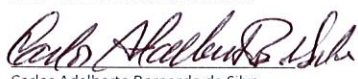
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras


O contabilista certificado n.º 40776


Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração


Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa


Carlos Adalberto Bernardo da Silva


Mário Rui Xelez da Silva Domingues

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2019

	Notas	2019	2018
Prestação de serviços	22	3.095.627,24	2.819.738,20
Subsídios à exploração	23	2.181,67	6.858,33
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	113.359,37	204.662,74
Fornecimentos e serviços externos	24	-1.146.211,50	-1.033.953,38
Gastos com o pessoal	25	-1.503.794,07	-1.541.368,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	29.714,56	-47.387,47
Provisões (aumentos/reduções)	19	-370.000,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		56,46	0,85
Outros rendimentos	26	33.410,55	79.404,27
Outros gastos	27	-9.334,74	-15.637,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		245.009,54	472.317,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-63.706,43	-63.955,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		181.303,11	408.362,49
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-0,21	-0,54
Resultado antes de impostos		181.302,90	408.361,95
Imposto sobre o rendimento do período	28	-17.474,00	-51.615,70
Resultado Líquido do Período		163.828,90	356.746,25

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O contabilista certificado n.º 40776

Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Mário Rui Velez da Silva Domingues

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018

	Notas	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		4.056.746,33	3.500.421,02
Pagamentos a fornecedores		(1.297.445,86)	(1.327.104,65)
Pagamentos ao pessoal		(1.476.635,84)	(1.573.552,65)
Caixa gerada pelas operações		1.282.664,63	599.763,72
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(76.070,32)	(6.037,01)
Outros recebimentos/pagamentos		(333.668,87)	(226.705,88)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		872.925,44	367.020,83
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(36.555,68)	(23.630,08)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.506,72	1.000,00
Investimentos financeiros		204.662,74	99.814,68
Subsídios ao investimento		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		169.613,78	77.184,60
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(0,21)	(0,54)
Dividendos		(356.000,00)	(107.012,00)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(356.000,21)	(107.012,54)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		686.539,01	337.192,89
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.470.296,23	1.133.103,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.156.835,24	1.470.296,23

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O contabilista certificado n.º 40776

Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Mário Rui Welez da Silva Domingues

(Valores expressos em euros)

Demonstração de alteração dos capitais próprios

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2018	400,000.00	80,000.00	784,344.66	1,144,443.04	416,785.64	30,356.95	76,958.97	2,932,889.26
Alterações no período	-	-	-	76,958.97	-	-	(76,958.97)	-
Aplicação do resultado líquido de 2017	-	-	-	-	(16,304.47)	(2,796.88)	-	(19,101.35)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	76,958.97	(16,304.47)	(2,796.88)	(76,958.97)	(19,101.35)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	356,746.25	356,746.25
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	356,746.25	356,746.25
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	(76,800.00)	-	-	-	(76,800.00)
A 31 de Dezembro de 2018	400,000.00	80,000.00	784,344.66	1,144,602.01	400,481.17	27,560.07	356,746.25	3,193,734.16
A 1 de Janeiro de 2019	400,000.00	80,000.00	784,344.66	1,144,602.01	400,481.17	27,560.07	356,746.25	3,193,734.16
Alterações no período	-	-	-	356,746.25	-	-	(356,746.25)	-
Aplicação do resultado líquido de 2018	-	-	-	-	(6,963.10)	(2,856.83)	-	(9,819.93)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	356,746.25	(6,963.10)	(2,856.83)	(356,746.25)	(9,819.93)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	163,828.90	163,828.90
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	163,828.90	163,828.90
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	(356,000.00)	-	-	-	(356,000.00)
A 31 de Dezembro de 2019	400,000.00	80,000.00	784,344.66	1,145,348.26	393,518.07	24,703.24	163,828.90	2,991,743.13

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O contabilista certificado n.º 46776


Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração



Artur Luis Ribeiro Gomes da Costa



Carlos Adalberto Bernardo da Silva



Mário Rui Vaz de Silva Domingues



Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

1. Introdução

1.1 A Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A., (“**NORMAAÇORES**”) é uma sociedade anónima, constituída a 29 de dezembro de 1984, com sede na Rua Eng.º José Cordeiro, 6, 9504-522 Ponta Delgada, Região Autónoma dos Açores, Portugal, tem como objeto social o planeamento, a consultoria, assessoria e a prestação de serviços nas seguintes áreas:

- a) Estudos e projetos de arquitetura e engenharia;
- b) Planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras;
- c) Estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais, acompanhamento ambiental de obras;
- d) Gestão de resíduos;
- e) Apoio à gestão empresarial;
- f) Formação profissional;
- g) Estudos económico-financeiros;
- h) Estudos de mercado e sondagens de opinião;
- i) Segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Apoio e/ou execução de inspeções e ensaios.

Compreendem-se no objeto as atividades acessórias, conexas ou complementares das atividades indicadas em 1.

1.2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a **NORMAAÇORES** integrou o perímetro de consolidação de contas da EDA-Eletricidade dos Açores, S.A., com sede social na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, 9504-535 Ponta Delgada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Participações financeiras

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a **NORMAÇORES** tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa, anualmente, nos ativos líquidos das correspondentes empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da **NORMAÇORES** na aplicação do método da equivalência patrimonial. São também eliminados os ganhos e as perdas não realizados entre a **NORMAÇORES** e a subsidiária.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da **NORMAÇORES** nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

3.2. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da **NORMAÇORES** e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2019 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade de os ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	Entre 4 a 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda

por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, rubrica de “Outros gastos e perdas” ou “Outros rendimentos e ganhos”.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a goodwill resultante da aquisição de 30% da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda..

Com a alteração preconizada pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho na Norma Contabilística de Relato Financeira nº6, a **NORMAÇORES** alterou a política contabilística e passou a amortizar o “goodwill” adquirido numa concentração de atividades empresarias, por um período de 10 anos, apresentando nas demonstrações financeiras separadamente do custo do investimento apesar de continuar a fazer parte da quantia escriturada do investimento para efeitos de teste de imparidade.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A **NORMAÇORES** avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza. Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a **NORMAÇORES** regista a respetiva perda por imparidade. Os ativos não financeiros, que não o “goodwill”, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A **NORMA**ÇORES classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A **NORMA**ÇORES classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A **NORMA**ÇORES avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a **NORMA**ÇORES reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são des-reconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Cientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são des-reconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital subscrito corresponde à diferença entre a quantia de capital social da **NORMAÇORES** e a parte não realizada pelos acionistas.

O capital estatutário da **NORMAÇORES** corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A **NORMAÇORES** classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve des-reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a **NORMAAÇORES** possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excerto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa efetiva de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças temporárias tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2019 é 18,30%, para o exercício de 2018 e anteriores era aplicável a taxa de 20,5%, taxa utilizada era pela empresa mãe para efeitos de consolidação de contas.

3.13. Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo dos empregados, tais como salários, ordenados e outras remunerações adicionais contratados ou legalmente definidas e contribuições para a segurança social, mensuradas numa base não descontada e benefícios de cessação de emprego.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a **NORMAAÇORES** tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a **NORMAAÇORES** divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.15. Subsídios e apoios das Entidades Públicas

A **NORMAAÇORES** reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo da Região Autónoma dos Açores e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à **NORMAAÇORES**, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

A **NORMAAÇORES** apresenta as quantias que figurem na rubrica “Juros obtidos de depósitos”, que não se relacionem ou derivem do financiamento da entidade, na rubrica “Outros rendimentos”.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da atividade da **NORMAAÇORES**. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de serviços é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a **NORMAAÇORES**; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

O rédito reconhecido pela **NORMAAÇORES** resulta da prestação de serviços de planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras, estudos e consultadoria empresarial, bem como atividades complementares com aquelas.

3.18. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos Acionistas da **NORMAAÇORES** é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição de lucros é aprovada pelos seus Acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a **NORMAAÇORES** tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da **NORMAAÇORES** e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da **NORMAAÇORES** são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1. Provisões

A **NORMAÇORES** analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2. Rédito

O reconhecimento do rédito quando associado à execução de atividades específicas exige uma contínua avaliação das estimativas dos gastos que devem ser reconhecidas com referência à data do serviço prestado.

3.21.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da **NORMAÇORES**, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à **NORMAÇORES**.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21.4. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.21.5. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da **NORMAÇORES**. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A **NORMAÇORES** não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

5.1. Alteração às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela **NORMAÇORES**.

5.2. Alteração nas políticas contábilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contábilísticas adotadas pela **NORMAÇORES**, para os períodos apresentados.

5.3. Alteração nas estimativas contábilísticas

A **NORMAÇORES** não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contábilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6. Divulgação de partes relacionadas

6.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da **NORMAÇORES**, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

Conselho de Administração	2019	2018
Remunerações	58.988,16	58.988,16

Para além do Conselho de Administração, o órgão de fiscalização composto por Fiscal Único, auferiu, durante o período findo, as seguintes remunerações, como contraprestação do serviço de revisão legal de contas, iva excluído:

Fiscal Único	2019	2018
Serviço de revisão legal de contas	8.671,32	8.671,32

Saldos e transações entre partes relacionadas

6.2.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

i) Acionistas:

Acionistas	Natureza da relação	% Capital Social	
		2019	2018
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	Empresa mãe	62,56%	62,63%
OC- Organização de Consultores,SGPS	Empresa associada	25,50%	25,50%
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	5,00%	5,00%
Pequenos acionistas	Outras partes relacionadas	6,94%	6,87%

ii) Por via de acionistas:

Por via dos Accionistas	Natureza da relação
EDA Renováveis, S.A.	Empresa do Grupo EDA
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa do Grupo EDA
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa do Grupo EDA
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	Empresa do Grupo EDA

iii) Subsidiárias

Subsidiárias	Natureza da relação	% Capital Social	
		2019	2018
Controlauto Açores, Lda	Empresa Subsidiária	60,00%	60,00%

6.2 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

i) Acionistas:

As transações entre a **NORMA**ÇORES e empresas acionistas, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	Natureza da relação	2019		2018	
Prestação de serviços					
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	1.092.183,76	830.352,80		
Seguradoras Unidas, SA	Empresa relacionada	-	-		
		1.092.183,76	830.352,80		
Serviços adquiridos					
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	48.517,75	46.410,05		
Seguradoras Unidas, SA	Empresa relacionada	43.290,90	42.185,97		
		91.808,65	88.596,02		

Os saldos entre a **NORMAAÇORES** e empresas acionistas, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2019	2018
Cientes			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	287.323,47	210.996,04
Seguradoras Unidas, SA	Empresa relacionada	-	-
		287.323,47	210.996,04
Fornecedores			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	7.888,57	7.890,21
Seguradoras Unidas, SA	Empresa relacionada	-	1.886,51
		7.888,57	9.776,72

ii) **Por via de acionistas:**

As transações entre a **NORMAAÇORES** e empresas relacionadas do grupo EDA, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	Natureza da relação	2019	2018
Prestação de serviços			
EDA Renováveis, S.A.	Empresa grupo EDA	63.880,59	137.297,87
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	25.235,82	5.719,51
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	-	2.114,00
		89.116,41	145131,38
Serviços adquiridos			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	8.028,84	7.661,45
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	33.678,26	28.872,67
		41.707,10	36.534,12
Aquisição de ativos fixos tangíveis			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	3.360,00	4.648,00
		3.360,00	4.648,00

Os saldos entre a **NORMAAÇORES** e empresas relacionadas do grupo EDA, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2019	2018
Cientes			
EDA Renováveis, S.A.	Empresa grupo EDA	9.330,47	23.588,24
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	7.150,64	6.589,32
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	-	2.494,52
		16.481,11	32.672,08
Fornecedores			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	649,99	8.900,74
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	8.833,85	12.010,96
		9.483,84	20.911,70
Outras dívidas a pagar - Fornecedores de Investimentos			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	3.964,80	5.484,64
		3.964,80	5.484,64

2
 [Handwritten signature]
 P.A.A.

iii) Subsidiárias

As transações entre a **NORMAAÇORES** e as suas participadas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	Natureza da relação	2019	2018
Prestação de serviços			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	58.328,64	58.091,06
		58.328,64	58.091,06
Serviços adquiridos			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	-	-
		-	-

Os saldos entre a **NORMAAÇORES** e as suas participadas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2019	2018
Cientes			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	19.110,45	10.889,12
		19.110,45	10.889,12
Fornecedores			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	-	-
		-	-



7. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” apresentava-se como segue:

Ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de Janeiro de 2019				
Custo de aquisição	155.479,68	230.964,17	315.481,86	701.925,71
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(145.208,69)	(220.447,97)	(271.815,13)	(637.471,79)
Valor líquido	10.270,99	10.516,20	43.666,73	64.453,92
Movimento de 2019				
Aquisições	3.706,67	16.000,00	6.425,06	26.131,73
Alienações	-	(16.500,00)	-	(16.500,00)
Transferências e abates	-	-	-	-
Imparidade do período	-	-	-	-
Depreciação - período	(3.332,48)	(13.938,82)	(18.451,23)	(35.722,53)
Depreciação - alienações	-	16.500,00	-	16.500,00
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-
Valor líquido	10.645,18	12.577,38	31.640,56	54.863,12
31 de Dezembro de 2019				
Custo de aquisição	159.186,35	230.464,17	321.906,92	711.557,44
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(148.541,17)	(217.886,79)	(290.266,36)	(656.694,32)
Valor líquido	10.645,18	12.577,38	31.640,56	54.863,12

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” apresentava-se como segue:

Ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de Janeiro de 2018				
Custo de aquisição	146.309,43	230.964,17	307.368,38	592.542,54
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(144.584,92)	(210.509,15)	(255.210,20)	(487.639,42)
Valor líquido	1.724,51	20.455,02	52.158,18	104.903,12
Movimento de 2018				
Aquisições	13.533,94	-	12.553,48	26.087,42
Alienações	-	-	(4.440,00)	(4.440,00)
Transferências e abates	(4.363,69)	-	-	(4.363,69)
Imparidade do período	-	-	-	-
Depreciação - período	(4.987,46)	(9.938,82)	(21.044,93)	(35.971,21)
Depreciação - alienações	-	-	4.440,00	4.440,00
Depreciação- transf. e abates	4.363,69	-	-	4.363,69
Valor líquido	10.270,99	10.516,20	43.666,73	95.019,33
31 de Dezembro de 2018				
Custo de aquisição	155.479,68	230.964,17	315.481,86	701.925,71
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(145.208,69)	(220.447,97)	(271.815,13)	(637.471,79)
Valor líquido	10.270,99	10.516,20	43.666,73	64.453,92

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

8. Goodwill

Com a alteração preconizada pelo Decreto de Lei n.º 98/2016, de 2 de julho na Norma Contabilística de Relato Financeira nº6, a **NORMAAÇORES** alterou a política contabilística e passou a amortizar o “goodwill” adquirido numa concentração de atividades empresariais, por um período de 10 anos, apresentando nas demonstrações financeiras separadamente do custo do investimento apesar de continuar a fazer parte da quantia escriturada do investimento para efeitos de teste de imparidade.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento registado na rubrica “Goodwill” apresentava-se como segue:

	Goodwill	Total
1 de Janeiro de 2019		
Custo de aquisição	279.839,00	279.839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(83.951,70)	(83.951,70)
Valor líquido	195.887,30	195.887,30
Movimento de 2019		
Depreciação - período	(27.983,90)	(27.983,90)
Valor líquido	167.903,40	167.903,40
31 de Dezembro de 2019		
Custo de aquisição	279.839,00	279.839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(111.935,60)	(111.935,60)
Valor líquido	167.903,40	167.903,40

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados na rubrica “Goodwill” apresentavam-se como segue:

	Goodwill	Total
1 de Janeiro de 2018		
Custo de aquisição	279.839,00	279.839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(55.967,80)	(55.967,80)
Valor líquido	223.871,20	223.871,20
Movimento de 2018		
Depreciação - período	(27.983,90)	(27.983,90)
Valor líquido	195.887,30	195.887,30
31 de Dezembro de 2018		
Custo de aquisição	279.839,00	279.839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(83.951,70)	(83.951,70)
Valor líquido	195.887,30	195.887,30

Em 2012 a **NORMAAÇORES** adquiriu, à EDA-Eletricidade dos Açores, S.A., por 600.000 euros, uma quota, de valor nominal de 90.000 euros, correspondente a 30% do capital social da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda..

12
 [Handwritten signature]
 C.A. A. -

A aquisição da participação da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda. foi contabilizada de acordo com a NCRF 14 — Concentrações de Atividades Empresariais, em que o “goodwill”, isto é, a diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda. foi incluído na quantia escriturada do investimento.

O “goodwill”, apurado no valor de 279.839 euros, resultante diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda., foi incluído na quantia escriturada do investimento.

No ano de 2019, foram efetuados testes de imparidade, segundo a NCRF 12 — Imparidade de Ativos, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado entre valor de uso e justo valor, menos os custos de vender) com a sua quantia escriturada que corresponde à quota parte da participação acrescido do “goodwill”, no valor de 727.523,02 euros, não resultando imparidade do ativo.

9. Participações financeiras

A NORMAAÇORES regista as participações pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019, a NORMAAÇORES detém uma participação financeira de 60% na Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda..

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido na rubrica “Investimento em subsidiárias”, foi o seguinte:

Participações financeiras	CONTROLAUTO AÇORES, LDA	GSU AÇORES LDA	Total
1 de Janeiro de 2018	569.342,50	-	569.342,50
% Resultados da participada	204.662,74	-	204.662,74
Dividendos recebidos	(99.814,68)	-	(99.814,68)
Diferença Aquisição (Goodwill)	(16.304,47)	-	(16.304,47)
31 de Dezembro de 2018	657.886,09	-	657.886,09
% Resultados da participada	113.359,37	-	113.359,37
Dividendos recebidos	(204.662,74)	-	(204.662,74)
Variações no capital próprio	(6.963,10)	-	(6.963,10)
Desreconhecimento da participação financeira	-	-	-
31 de Dezembro de 2019	559.619,62	-	559.619,62

O “goodwill” implícito no custo do investimento resultante da aquisição de 30% da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda., a no valor de 279.839 euros, passou a ser apresentado separadamente na nota 8. , sujeito à amortização por um período de 10 anos.

O capital próprio, rendimentos, gastos e os resultados do período a 31 de dezembro de 2019, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

Entidade	Capital detido	Natureza	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultados do período
CONTROLAUTO AÇORES, LDA	60%	Subsidiária	932.699,36	883.848,90	(694.916,61)	188.932,29

Os saldos dos investimentos, em 31 de dezembro de 2019, apresentavam-se como segue:

Entidade	Capital detido	Natureza	Capital Próprio participada	Partes de capital
CONTROLAUTO AÇORES, LDA	60%	Subsidiária	932.699,36	559.619,62
				559.619,62

10. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Clientes	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes gerais	741.141,78	-	1.317.941,79	-
Clientes empresa mãe - EDA i)	287.323,47	-	210.996,04	-
Clientes empresas subsidiárias ii)	19.110,45	-	10.889,12	-
Clientes empresas do grupo EDA iii)	16.481,11	-	32.672,08	-
Clientes de cobrança duvidosa	404.643,44	-	434.358,00	-
	1.468.700,25	-	2.006.857,03	-
Perdas por imparidade acumuladas	(404.643,44)	-	(434.358,00)	-
Saldo final	1.064.056,81	-	1.572.499,03	-

- i) Cliente empresa mãe (EDA) - Esta rubrica refere-se a saldos por receber da empresa mãe EDA por conta de serviços prestados de fiscalização, formação, recrutamento e seleção de pessoal, segurança e ambiente, etc.
- ii) Clientes empresas subsidiárias - Esta rubrica refere-se a saldos por receber da empresa participada Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda. por conta de serviços prestados por apoio contabilístico, administrativo e formação.
- iii) Clientes empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos por receber das empresas do grupo EDA, por serviços prestados no âmbito da atividade da **NORMA AÇORES** (Nota 5).

As dívidas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, que corresponde o seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.



 R. Adm

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Perdas por imparidade acumulada de clientes”, apresentava a seguinte composição:

Perdas por imparidades	2019	2018
Saldo a 1 de Janeiro	434.358,00	387.985,93
Aumento	-	50.104,51
Reversão	(29.714,56)	(2.717,04)
Anulações	-	(1.015,40)
Saldo final	404.643,44	434.358,00

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes” apresentava os seguintes montantes:

Adiantamentos de clientes	2019	2018
Adiantamentos de clientes	801,81	6.612,92
Saldo final	801,81	6.612,92

11. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Outras créditos a receber” tinha a seguinte composição:

Outros créditos a receber	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	2.409,44	-	-	-
Pessoal				
Outras operações com o pessoal	2.000,35	-	1.992,83	-
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Acréscimos de rendimentos - Juros a receber	38,92	-	152,38	-
Acréscimos de rendimentos - Outros	64.226,52	-	16.869,94	-
Outros créditos a receber				
Outros créditos a receber	33.374,46	-	45.047,50	-
	102.049,69	-	64.062,65	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Saldo final	102.049,69	-	64.062,65	-

Na rubrica “Outras créditos a receber” são registados, essencialmente, os subsídios ao investimento referentes a aquisições de “Ativos fixos tangíveis” a receber do governo regional, contratados no âmbito do programa SIDER-Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, no montante de 24.209,03 euros.

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

Diferimentos (Ativo)	2019	2018
Outros gastos a reconhecer	23.498,70	38.066,53

Diferimentos (Passivo)	2019	2018
Rendimentos a reconhecer - Prestações de serviços	167.991,44	226.834,26

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Fornecedores	2019	2018
Fornecedores gerais	151,535.55	105,077.53
Fornecedores empresa mãe - EDA i)	7,888.57	7,890.21
Fornecedores outras empresas relacionadas ii)	-	1,886.51
Fornecedores outras empresas do grupo EDA iii)	9,483.84	20,911.70
	168,907.96	135,765.95

- i) Fornecedor empresa mãe (EDA) - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa mãe EDA por aquisição de serviços;
- ii) Fornecedor outras empresas relacionadas - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa Seguradoras Unidas, S.A. relativos a aquisição de seguros;
- iii) Fornecedores outras empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar a empresas do grupo EDA, por serviços adquiridos (Nota 5).

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	49.125,12	-	41.558,33
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	11.403,92	-	14.744,51
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	73.810,71	-	67.853,55
Contribuições para a Segurança Social	-	24.271,55	-	28.002,54
Outros impostos e taxas	-	59,51	-	78,89
Saldo final	-	158.670,81	-	152.237,82

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

Detalhe da rubrica de IRC	2019	2018
Pagamentos por conta	34.512,00	5.022,00
Retenções na fonte	80,97	202,48
Estimativa de IRC	(83.718,09)	(46.782,81)
	(49.125,12)	(41.558,33)

15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos				
Fornecedores investimentos-gerais	-	-	7,351.50	-
Fornecedores investimentos - outras empresas do grupo EDA i)	3,964.80	-	5,484.64	-
Outros credores				
Credores diversos	16,788.97	-	17,162.37	-
Ajustamentos de subsídios - Impostos	-	5,533.28	-	7,106.71
Pessoal				
Outras operações com pessoal	51,713.67	-	245.42	-
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	189,540.98	-	208,901.70	-
Outros acréscimos de gastos	66,262.37	-	99,252.41	-
Saldo final	328,270.79	5,533.28	338,398.04	7,106.71

- i) Fornecedor de investimento a empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa do grupo EDA, Globaleda, por aquisição de ativos fixos tangíveis.

16. Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

Ativos por impostos diferidos	2019	2018
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	66.244,09	(4.832,89)
Passivos por impostos diferidos	-	-
Transferência de capital próprio - subsídios	-	-
Impactos no capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	66.244,09	(4.832,89)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período	Gastos cessação emprego	Provisão	Imparidade de dívidas a receber	Prejuízos fiscais	Total
Saldo a 1 de Janeiro 2018	2.172,70	1.626,60	47,17	4.596,70	8.443,17
Constituição por resultados	1.051,91	-	-	-	1.051,91
Reversão por resultados	(1.240,93)	-	(47,17)	(4.596,70)	(5.884,80)
Constituição por capital próprio	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro 2018	1.983,68	1.626,60	-	-	3.610,28
Alteração de taxa	(212,88)	(174,56)	-	-	(387,44)
Constituição por resultados	683,76	67.710,00	-	-	68.393,76
Reversão por resultados	(1.762,23)	-	-	-	(1.762,23)
Constituição por capital próprio	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro 2019	692,33	69.162,04	-	-	69.854,37

As diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2019, resultam de gastos com os benefícios de cessação de emprego serem tributados no período do pagamento e não no reconhecimento contabilístico como gasto, obrigando a correções fiscais no tempo, no valor de 3.783.24 euros, e à constituição de provisões não dedutíveis para efeitos fiscais, no valor de 370.000 euros (nota 19).

17. Capital subscrito

O capital social subscrito da NORMAÇORES é representado por 80.000 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma, e encontra-se totalmente realizado. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas pelas entidades que se seguem:

Acionistas	Nº Ações	Valor nominal	Valor	% Capital Social
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	50 050	5	250 250	62,56%
CONSULMAR - SGPS,SA	20 400	5	102 000	25,50%
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	4 000	5	20 000	5,00%
António Luis Gusmão Teixeira	1 000	5	5 000	1,25%
Carlos Alberto Mesquita e Mota	1 000	5	5 000	1,25%
Carlos Alberto S.Vilhena de Andrade Botelho	1 000	5	5 000	1,25%
José Luís Ferreira Saraiva	1 000	5	5 000	1,25%
Maria de Fátima Medeiros Ferreira Carvalho	1 000	5	5 000	1,25%
Maria Flor Ferreira Lopes	500	5	2 500	0,63%
Paulo Jorge Pereira Amaral	50	5	250	0,06%
	80 000		400 000	100,00%

18. Reservas e resultados acumulados

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2019 e 2018 decorreram de:

	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos ativos financeiros	Ajustamento/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
1 de Janeiro de 2018	400.000,00	80.000,00	784.344,66	1.144.443,04	416.785,64	30.356,95	76.958,97	2.932.889,26
Aplicação do Resultado do período anterior	-	-	-	76.958,97	-	-	(76.958,97)	-
Distribuição de resultados	-	-	-	(76.800,00)	-	-	-	(76.800,00)
Subsídios ao investimento (líquido de ajustamento de impostos)	-	-	-	-	(16.304,47)	(2.796,88)	-	(19.101,36)
Desreconhecimento da participação financeira GSU Açores	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos - Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	356.746,25	356.746,25
31 de Dezembro de 2018	400.000,00	80.000,00	784.344,66	1.144.602,01	400.481,17	27.560,07	356.746,25	3.193.734,16
Aplicação do Resultado do período anterior	-	-	-	356.746,25	-	-	(356.746,25)	-
Distribuição de resultados	-	-	-	(356.000,00)	-	-	-	(356.000,00)
Subsídios ao investimento (líquido de ajustamento de impostos)	-	-	-	-	(6.963,10)	(2.856,83)	-	(9.819,93)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	163.828,90	163.828,90
31 de Dezembro de 2019	400.000,00	80.000,00	784.344,66	1.145.348,26	393.518,07	24.703,24	163.828,90	2.991.743,13

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se a subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis líquido de impostos que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados (Nota 26). O ajustamento de impostos assim gerados será subsequentemente anulado, por contrapartida de resultados, à medida que esses subsídios são imputados.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da **NORMA AÇORES**, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 18 de março de 2019, o resultado apurado no período de 2019 teve a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados 2018	
Resultados transitados	746,25
Distribuição aos acionistas	356.000,00
	356.746,25

19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Outras Provisões	2019	2018
Saldo inicial	7.934,61	8.208,88
Dotação	370.000,00	-
Utilização	-	274,27
Saldo final	377.934,61	7.934,61

Para além da provisão, constituída em anos anteriores, destinada a cumprir com a provável restituição de subsídios relacionados com a formação profissional no montante de 7.934,61 euros, foram, em 2019, constituídas as seguintes provisões:

- I) Provisão para outros riscos e encargos, no montante de 225.000 euros, para fazer face a um eventual encargo com o processo judicial que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada no qual é reclamado à extinta participada GSU/Açores – Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Lda. e outras duas entidades o valor global de 1.125.000,00 euros, e
- II) Provisão de 145.000 para fazer face a erros e omissões em projecto de engenharia.

20. Acionistas

O movimento na rubrica “Accionista” respeita à distribuição dos resultados de 2018, 356.000,00 euros.

21. Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Outros investimentos financeiros” tinha a seguinte composição:

Outros investimentos financeiros	2019	2018
Fundo de compensação do trabalho	1.172,88	1.862,44
Saldo final	1.172,88	1.862,44

Este valor refere-se à participação no fundo de compensação de trabalho.

22. Prestação de serviços

Os réditos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 tiveram a seguinte proveniência:

Prestação de serviços	2019	2018
Fiscalizações	1.457.324,27	1.434.028,10
Estudos e consultadoria	1.182.154,25	1.131.684,02
Segurança, ambiente e investigação	400.520,08	198.657,72
Outros serviços prestados	55.628,64	55.368,36
Total de Réditos	3.095.627,24	2.819.738,20

23. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2019 e de 2018 a **NORMAÇORES** reconheceu os seguintes montantes na rubrica “Subsídios à exploração”:

Subsídios à exploração	2019	2018
Subsídios à exploração	2.181,67	6.858,33

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito da formação profissional, subsidiada pelo Fundo Social Europeu.

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2019	2018
Subcontratos	636.643,24	555.411,90
Serviços especializados	221.653,59	209.548,28
Materiais	15.612,55	23.092,68
Energia e fluídos	24.687,10	25.132,40
Deslocações, estadas e transportes	103.578,26	88.668,41
Serviços diversos	144.036,76	132.099,71
	1.146.211,50	1.033.953,38

25. Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Gastos com o pessoal	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	58.988,16	58.988,16
Remunerações do pessoal	1.101.950,53	1.165.839,00
Benefícios pós-emprego	-	2.740,00
Indemnizações	1.774,61	-
Encargos sobre remunerações	257.542,84	278.362,56
Seguros	10.735,88	10.215,90
Gastos de acção social	15.934,95	16.389,35
Outros gastos com pessoal	56.867,10	8.833,13
	1.503.794,07	1.541.368,10

O número médio de empregados da **NORMAAÇORES** nos períodos findos de 2019 e de 2018 foi de:

Nº médio de empregados	2019	2018
	50	54

26. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Outros rendimentos	2019	2018
Ganhos na alienação de activos tangíveis	1.506,72	1.000,00
Imputação de subsídios para o investimento	4.430,26	3.518,08
Juros obtidos de contas bancárias	288,79	1.030,69
Outros	27.184,78	73.855,50
	<u>33.410,55</u>	<u>79.404,27</u>

27. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Outros gastos	2019	2018
Impostos	2.299,73	3.436,95
Quotizações	4.702,76	5.386,68
Outros gastos e perdas	2.332,25	6.814,21
	<u>9.334,74</u>	<u>15.637,84</u>

28. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Imposto corrente	(83.718,09)	(46.782,81)
Imposto diferido	66.244,09	(4.832,89)
	<u>(17.474,00)</u>	<u>(51.615,70)</u>

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

2

 P.A.O.

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Resultado antes de Imposto	181.302,90	408.361,95
Gastos não dedutíveis	404.389,30	44.635,54
Rendimentos não tributáveis	(164.793,23)	(213.136,22)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(22.422,91)
Matéria coletável	420.898,97	217.438,36
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Coleta	70.711,03	36.529,64
Derrama (1,5%)	6.313,48	3.597,92
Tributação autónoma	6.693,58	6.655,25
Imposto s/ rendimento corrente	83.718,09	46.782,81
Imposto s/ rendimento diferido	(66.244,09)	4.832,89
Imposto s/ rendimento	17.474,00	51.615,70

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras e conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Taxa de imposto - IRC - Imposto corrente	16,8%	16,8%
Derrama municipal	1,5%	1,5%

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa esta sujeita a derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Para os períodos em análise apresenta-se o detalhe do imposto diferido do período:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Ativos por impostos diferidos	66.244,09	(4.832,89)
Passivos por impostos diferidos	-	-
Imposto diferidos do período	66.244,09	(4.832,89)

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças temporárias tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 de 18,3% em 2018 era de 20,5%.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2019, atingiam um valor de 162.462,48€, correspondendo a garantias exigidas no âmbito de cumprimento de contratos de prestação de serviços.

30. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nos termos da Resolução do Conselho de Governo nº 11/2020 de 6 de Janeiro e em consequência de um procedimento concursal foi a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. autorizada alienar a sua participação na **NORMAAÇORES**, titulada por 50.050 ações, representativa de 62,5625% do capital social ao agrupamento constituído pelas empresas Consulmar – Projectistas e Consultores, Lda. e Consulmar SGPS, S.A..

Foi também, pelo referido agrupamento, adquiridas 8.500 ações a outros accionistas, pelo que o capital é agora representado da seguinte forma:

Acionistas	Nº Ações	Valor nominal	Valor	% Capital Social
NORMA VETOR, Lda.	78.950	5	394.750	98,69%
António Luis Gusmão Teixeira	1.000	5	5.000	1,25%
Paulo Jorge Pereira Amaral	50	5	250	0,06%
	80.000		400.000	100,00%

31. Informações exigidas por diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2019 não existiam valores em dívida a Segurança Social nem a Administração Fiscal.

Para efeitos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2018, a **NORMAAÇORES** não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

Informações sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

Com a alteração da estrutura acionista, a **NORMAÇORES** transitou do sector público empresarial para o sector privado empresarial da Região Autónoma dos Açores.

Orientações estratégicas

A orientação estratégica da Administração da **NORMAÇORES** assenta na continuidade com as políticas e estratégia implementadas pela anterior Gestão por forma a:

- Incrementar o posicionamento da Empresa no seu mercado natural na Região Autónoma dos Açores, com ênfase nas áreas nucleares de negócio – Engenharia e Fiscalização, Estudos e Consultadoria e participada Controlauto Açores – Inspecção Técnica de Veículos, Lda.;

e

- Promover o seu crescimento sustentado do volume de negócios e da rentabilidade, captando novas oportunidades de negócio, com eventual diversificação de atividade e expansão de mercado.

Estrutura e composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art.º 23.º do pacto social, é constituído por um Fiscal Único, que será revisor oficial de contas ou por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Conselho de Administração

Presidente: Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Administrador: Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Administrador: Mário Rui Velez da Silva Domingues

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Sofia Carreiro

Vice-Presidente: Carlos Maria Sousa Ferreira Abecassis

Secretário: Leonardo da Ponte

Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Duarte Giesta & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada Dr. Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração com referência sucinta às matérias versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração deve reunir trimestralmente. Durante o ano de 2019 o Conselho de Administração realizou oito reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram à execução do Plano de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia neste delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas de engenharia e fiscalização, estudos e consultadoria, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da apreciação das contas mensais da **NORMAÇORES** e da participada Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda., à apreciação dos “*Tableau de Bord*” mensais. Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do Órgão de Gestão e Administração:

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, em 1989; Pós-Graduação em Gestão Empresarial, pelo INDEG/ISCTE, em 1992; MBA na Universidade Nova de Lisboa, em 1999; Frequência do Programa de doutoramento em Gestão da Mudança Empresarial na University of Hertfordshire no Reino Unido (2002) – Prof. Ralph Stacey; Mestre em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa, em 2002; Curso de Mergers&Acquisitions do programa de MBA da UNL, em 2004. Chefe Gabinete de Engenharia na TECHNAL Portuguesa, de 1989 a 1992; Diretor de Obra na FERROVIAL/AGROMAN, de 1992 a 1998; Diretor de Projeto na SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS, S.A., de 1998 a 2001; Administrador do grupo Sousa Lima, S.G.P.S., S.A., de 2001 a 2007; Assessor do Conselho de Administração da F9CONSULTING, S.A., de 2007 a 2011; Administrador da TECMIC – Tecnologias de Microelectrónicas, S.A., de 2011 a 2014; Managing Director no Grupo CONSULMAR, de junho de 2014 à data; na **NORMAÇORES**, é Administrador desde março de 2015 e Presidente do Conselho de Administração desde 13 de fevereiro de 2020.



Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Licenciado em História, em 1982, pela Universidade Clássica de Lisboa – Faculdade de Letras. Foi Professor do Ensino Secundário, de 1982 a 1987; Diretor Local da Companhia de Seguros Império de 1987 a 2000; Gerente Sociedade Unipessoal de Mediação de Seguros de 2000 a 2001; Diretor da GRUBEN- Sociedade de Mediação de Seguros de 2002 a setembro de 2003; Presidente do Conselho de Administração dos Portos dos Açores, SGPS, S. A., de setembro de 2003 a agosto de 2011; Vogal do Conselho de Administração da Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria de setembro de 2003 a dezembro de 2009; Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL de dezembro de 2003 a dezembro de 2009; Administrador da **NORMA**AÇORES, de outubro de 2011 à data. Desde Abril de 2020, é Gerente da Gerente da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda..

Mário Rui Velez da Silva Domingues

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em 1986; " *M.Sc. Post-Graduate Diploma Course in Fluid Dynamics – Aeronautics and Aerospace*", pelo «von Karman Institute For Fluid Dynamics», Bruxelas, Bélgica, equivalente ao grau de Mestre (Mestrado) em Engenharia Mecânica - Complementos de Mecânica dos Fluidos pela Universidade de Coimbra, em 1987. Iniciou a sua carreira profissional em 1987 no sector da aviação, como engenheiro nas O.G.M.A. – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e, posteriormente, como engenheiro especialista de reactores e gestor de marketing e vendas na Direcção-Geral de Manutenção e Engenharia da TAP-AIR PORTUGAL. Em 1997, transitou para o sector industrial ferroviário, inicialmente como Diretor técnico-comercial da Adtranz Portugal (ex-Sorefame – Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, S.A.) e, seguidamente, como Diretor de Marketing e Vendas da Bombardier Transportation Portugal, S.A.. De 2006 a 2016, assumiu a responsabilidade de Chief Country Representative e Presidente do Conselho de Administração da Bombardier Transportation Portugal, S.A.. Desde Fevereiro de 2020, é Administrador da **NORMA**AÇORES. Desde Abril de 2020, é Gerente da Gerente da Controlauto Açores – Inspeção Técnica de Veículos, Lda.. De 1990 a 2015, desempenhou funções de Equiparado a Professor Adjunto no ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas:

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Administrador da CONSULMAR, SGPS, S.A.; Gerente da Norma Vetor, Lda.; Gerente da CONSULMAR, Projectistas e Consultores, Lda.; Gerente da BlackRock Investimentos e Serviços Unipessoal Lda..

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Presidente da Direção da Casa do Triângulo, Associação Cívica.

Mário Rui Velez da Silva Domingues

Não aplicável.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A., relativos ao exercício de 2019.


- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2019, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019;

 b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 09 de Março de 2020

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.199.854 euros e um total de capital próprio de 2.991.743 euros, incluindo um resultado líquido de 163.829 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 09 de Março de 2020



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)